



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Anhanguera Educacional Participações S/A		UF: SP
ASSUNTO: Descredenciamento voluntário da Faculdade Anhanguera de Assis, com sede no município de Assis, no estado de São Paulo.		
RELATOR: José Barroso Filho		
PROCESSO Nº: 23000.024260/2021-17		
PARECER CNE/CES Nº: 55/2022	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 26/1/2022

I – RELATÓRIO

O presente processo, distribuído no sistema SEI sob o nº 23000. 024260/2021-17, tem como requerimento o descredenciamento voluntário com a extinção de todos os cursos superiores da Faculdade Anhanguera de Assis, código e-MEC nº 21924. A Instituição de Educação Superior (IES), com sede na Rua Josino de Andrade, nºs 267/277, Centro, no município de Assis, no estado de São Paulo, é mantida pela Anhanguera Educacional Participações S/A, código e-MEC nº 16452.

Abaixo, a Nota Técnica nº 91/2021/CGCIES/DIREG/SERES/SERES traz a análise do procedimento administrativo para o descredenciamento voluntário, diante das razões expostas pela requerente:

[...]
Ministério da Educação

NOTA TÉCNICA Nº 91/2021/CGCIES/DIREG/SERES/SERES

PROCESSO Nº 23000.024260/2021-17

INTERESSADO: FACULDADE ANHANGUERA DE ASSIS

Aditamento. Descredenciamento voluntário. Faculdade Anhanguera de Assis (cód. 21924).

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de solicitação de descredenciamento voluntário da Faculdade Anhanguera de Assis (cód. 21924), a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de Credenciamento, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

2. A aludida instituição de educação superior (IES), mantida pela Anhanguera Educacional Participações S/A (cód. 16452), foi credenciada pela Portaria MEC nº 628 (3000141), de 4 de julho de 2018, publicada em 5 de julho de 2018.

3. Há, em nome da mantenedora acima citada, outra IES sob sua manutenção.

4. De acordo com o sistema e-MEC, a IES tinha como sede o município de Assis, no estado de São Paulo. Seu campus era baseado na Rua Josino de Andrade, nº 267-277, Centro, e tinha autorização para ofertar os seguintes cursos:

Curso	Código do curso	Situação	Ato de Extinção
Engenharia Civil, bacharelado	1367753	Em extinção	***
Engenharia de Produção, bacharelado	1367754	Em extinção	***
Engenharia Elétrica, bacharelado	1367755	Em extinção	***
Engenharia Mecânica, bacharelado	1454652	Extinto	Portaria nº 1.184, de 28/10/2021 (3000212)

5. A solicitação de descredenciamento voluntário está formalizada no Ofício DDI nº 250/2021 (2885493), de 3 de setembro de 2021, constante dos autos em comento.

ANÁLISE

6. Os pedidos de aditamento ao ato autorizativo, inclusive aqueles referentes ao descredenciamento voluntário, são regidos pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

7. O Decreto nº 9.235, de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece em seu art. 12, o que segue:

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;

III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV - descredenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades; (grifo nosso)

V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e

VI - credenciamento de campus fora de sede.

8. No mesmo sentido, dispõe o art. 75 da Portaria Normativa nº 23, de 2017:

Art. 75. O pedido de descredenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.

9. *Impõe o art. 76 da aludida Portaria que o pedido de descredenciamento voluntário está vinculado à comprovação, por parte da IES, do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão da totalidade dos diplomas e certificados, bem como da transferência de alunos, se for o caso, aliado à necessidade de organização do acervo acadêmico.*

10. *Em análise aos documentos inseridos nos autos, corrobora-se que a IES procedeu com todos quesitos dispostos acima, em franco atendimento ao dispositivo supracitado, declarando serem verdadeiras, exatas e fidedignas as informações, sob pena do representante legal da mantenedora responder nos termos da legislação civil e penal.*

11. *Ademais, o descredenciamento voluntário deve ser processado mediante a análise dos documentos listados no art. 77 da Portaria Normativa nº 23, de 2017, abaixo elencados:*

I. Requerimento de descredenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da instituição de ensino;

II. Cópia do último edital de processo seletivo da instituição;

III. Declaração assinada pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, firmando os seguintes compromissos:

a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada no Capítulo II, Seção VIII, da Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 dezembro de 2017, à instituição sucessora;

b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal; e

c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

12. *No que concerne ao rol de documentos acima elencado, a IES forneceu à SERES os documentos necessários à devida análise do pleito. Nesta esteira, no que tange especificamente a respeito do acervo acadêmico, questão explicitada no inciso III, “b”, acima elencado, e ressaltando a razoabilidade e os efeitos jurídicos produzidos no decorrer da instrução processual, inferimos que as informações e os documentos apresentados pela IES nos autos (págs. 4 e 5 do documento 2885493) estão em sintonia com as imposições expressas no art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, e preenchem os pressupostos dos arts. 76 e 77 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, haja vista estar presente nos autos Termo de Aceite de Guarda do Acervo Acadêmico assinado por representante da Anhanguera Educacional Participações S/A (cód. 16452).*

13. *Além disso, verifica-se que os cursos de Engenharia Civil (código nº 1367753), Engenharia de Produção (código nº 1367754) e Engenharia Elétrica (código nº 1367755), autorizados pela Portaria nº 482 (3000418), de 11 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 12 de julho de 2018, encontram-se “EM EXTINÇÃO” no sistema e-MEC e deverão ser extintos em conjunto com o descredenciamento da IES, conforme o disposto no parágrafo único do art. 81 da Portaria Normativa nº 23, de 2017.*

14. *Em atendimento ao art. 79, §1º, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017, destacamos que não há processos regulatórios rela vos à IES em trâmite no sistema e-MEC, conforme o comprovante anexo (3000364).*

15. *Por fim, cabe ressaltar que o presente processo se amolda aos termos contidos no PARECER REFERENCIAL n. 00004/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU (3000372), da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, e, caso não haja divergência de entendimento entre esta Secretaria e o Conselho Nacional de Educação sobre a presente matéria, não há necessidade de envio dos autos àquele órgão setorial da Advocacia-Geral da União (AGU).*

CONCLUSÃO

16. *Ante o acima exposto, com fundamento no Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, bem como nos termos do art. 80 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017, republicada em 03/09/2018, esta Coordenação-Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior CGCIES/DIREG/SERES/MEC é de parecer favorável ao descredenciamento voluntário da Faculdade Anhanguera de Assis (cód. 21924) e, em decorrência, à extinção dos cursos de Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia de Produção, bacharelado; e Engenharia Elétrica, bacharelado, da Faculdade Anhanguera de Assis, apontando que a Anhanguera Educacional Participações S/A (cód. 16452) será responsável pela organização e manutenção do acervo acadêmico da IES descredenciada.*

17. *Sugere-se, em seguida, conforme disposto no art. 81 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 2017, o encaminhamento do processo à Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, para análise e deliberação acerca do descredenciamento voluntário.*

À consideração superior.

Considerações do Relator

A Nota Técnica da SERES conclui propondo o acolhimento dos pedidos formulados pelo requerente, diante disso, acompanho a manifestação contida no documento mencionado e apresento o voto.

II – VOTO DO RELATOR

Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Anhanguera de Assis, com sede na Rua Josino de Andrade, nºs 267/277, Centro, no município de Assis, no estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Participações S/A, com sede no município de Valinhos, no estado de São Paulo, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Neste mesmo ato, determino que a Anhanguera Educacional Participações S/A ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Anhanguera de Assis.

Brasília (DF), 26 de janeiro de 2022.

Conselheiro José Barroso Filho – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2022.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente

Conselheira Marília Ancona Lopez – Vice-Presidente